



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária de Maio (realizada no início de junho) - 2025

Data: 09 de junho de 2025

Início: 14h00min **Término:** 17h

Local: Auditório do Paço Municipal

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: Marcelo Cardoso Ribeiro, Júlia Holst F. De Rezende Schueler, Gabriela Pascoal Certório e Monique F. Marinho Bastos;
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé: Ricardo Muylaert Salgado Neto e Luciano Antônio Diniz Caldas;
CBH: Thayná Fernandes R. Toledo;
Associação Raízes: Jane da Conceição Ribeiro da Costa;
S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado;
OAB/RJ: Milena R. Pimentel Gomes;
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro – CAU-RJ: Marcelino da Silva Fernandes
NUPEM: Rodrigo Lemes Martins;

Convidados: Wagner Nunes Firmino, Gleyson Peçanha Rodrigues.

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação;
Secretaria Municipal de Saúde;
Procuradoria Geral do Município;
Secretaria Municipal de Obras;
Secretaria municipal Adjunta de Saneamento;
Secretaria de Ordem Pública;
Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;
Secretaria Municipal Adjunta de turismo;
CDL;
ACIM;
Instituto Visão Social;
Entidade Pesqueira;

JUSTIFICATIVAS

PAUTA

I – Pequeno Expediente

- 1) Verificação de quórum;
- 2) Aprovação de atas anteriores;
- 3) Leitura do expediente;
- 4) Comunicações:

4.1) Reunião do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Sana (SANAPA);

4.2) Soltura de uma Tartaruga-verde (Chelonia Mydas);

4.3) NADA A OPOR à realização do evento “Sana Reggae Festival 14 Anos”;

4.4) Semana do Meio Ambiente;

4.5) Mini Floresta;

4.6) Soltura de mico leão dourado no Parque Atalaia;

4.7) Andamento da Reforma do Parque Atalaia;

5) Tribuna Livre;

- Até 15 inscritos, com 2 minutos de fala por pessoa.

II – Grande Expediente

- 1) Posicionamento e esclarecimentos do grupo técnico sobre a concorrência eletrônica nº 14/2024: planos de manejo (PM) da Área de Proteção Ambiental do Sana, do Parque Natural Municipal Atalaia (Parque Atalaia), da Área de Proteção Ambiental Rio Novo (APA Rio Novo) e do Monumento Natural do Pico do Frade (MONA Pico do Frade);
- 2) Esclarecimento do Plano Anual de Contratação 2024/25 e informação sobre a minuta do Plano 2025/26 e Orçamento;

III – Ordem do Dia;

- 1) 1478/2013 – Elizabeth Maria Carneiro da Silva;

- 2) 80985/2013 – Soares Pedras Decorativas de Macaé Ltda-ME;
- 3) 70572/2014 – Domingos da Costa Peixoto e Ivonete Mussi Cordeiro Peixoto;
- 4) 81522/2013, 36044/2013, 62587/2013, 2459/2018 – Unimed de Macaé Cooperativa de Trabalho Médico.

IV – Informe Geral;

1) SEMAS.

PEQUENO EXPEDIENTE :Verificado o quórum, O **Presidente do COMMADS, Phelipe Smith Salgado**, deu início à 5ª reunião ordinária do COMMADS de 2025 e passou a palavra para o **Secretário Executivo Hélio Márcio** para abrir os trabalhos. **A ata de março foi submetida à votação e aprovada, sem ressalvas e sem pedidos retificações.** Entrou na pauta das **Comunicações** iniciando pela informação sobre a retomada das reuniões do Conselho Gestor da APA do Sana – SANAPA, com periodicidade bimestral, onde prevaleceu uma discussão sobre orçamento e alcance da autonomia do colegiado. Adendou que foi solicitado à Secretaria a realização de um curso de capacitação sobre conselhos de APAs que tem características decisórias que podem remontar a uma mini Câmara de Vereadores local, inclusive com previsão de orçamento próprio. Disse que vão preparar este curso e trazer para o COMMADS. Convidou os conselheiros do COMMADS a participarem também do Conselho Gestor da APA do Sana. Sobre a soltura da tartaruga, disse que foi um evento digno de compartilhamento e exibiu um vídeo com uma reportagem realizada sobre a ação. Na sequência, informou que o SANAPA aprovou o NADA A OPOR à realização do evento Sana Reggae Festival e explicou que o Conselho do SANAPA tem a prerrogativa de se manifestar sobre eventos organizados na localidade e recomendar cumprimento de determinadas condicionantes. Sobre a Semana do Meio Ambiente disse que foi preparada uma programação extensa, que foram enfrentadas uma série de dificuldades, próprias de um início de gestão, mas que o evento logrou êxito. Subsequentemente, exibiu um vídeo sobre o evento. Informou que todos os vídeos estavam no Instagram da Secretaria. Dando seguimento, o **Presidente Phelipe Smith Salgado** abordou o projeto Minifloresta Urbana, da Coordenadoria de Arborização, com previsão de acontecer no dia 28 de junho, no Jardim Guanabara. Caracterizou como sendo a primeira entrega da gestão e pronunciou que se pretendia a realização de diversas dessas entregas pela cidade, como uma forma de aumentar a arborização da cidade, aumentando a beleza cênica com nativas da Mata Atlântica. Disse que o projeto é concebido para constituir, de fato, florestas em miniatura, e a atividade no Jardim Guanabara, estava prevendo o plantio de cerca de 600 árvores. Citou que serão espaços importantes, também, para a realização de educação ambiental. Informou que a Secretaria foi procurada pelo Instituto Mico Leão Dourado e que o motivo da conversa foi a intenção de soltura de Mico Leão Dourado no Parque Atalaia. Observou que é histórico e de grande relevância tal iniciativa de reintrodução de fauna silvestre, uma vez que a espécie já habitou a nossa região mas foi sofrendo impactos e redução de sua população e, hoje, se restringe às localidades de Cabo Frio, Rio Bonito, Silva Jardim e Casimiro. Disse que estão em tratativas com o ICMBio e com o INEA para efetivar essa

reintrodução. Sobre o tópico reforma do Parque Atalaia alegou estar em fase final e que, em breve, poderá ser aberto à população. Explicou que a sua gestão encontrou o Parque Atalaia em uma situação bastante precária e que algumas manutenções têm sido feitas. Observou que, ao longo dos anos, as estruturas se degradaram bastante, que a localidade é muito úmida, que as fortes chuvas levaram uma parte da ponte de acesso, que foram necessárias parcerias com outras secretarias para refazer o acesso, detalhou também que foram necessárias intervenções nas estrutura do telhado do refeitório e que está em andamento um processo de reforma e manutenção geral do Parque. Mas frisou que o Parque será aberto antes dessa reforma mais ampla, que novas trilhas estão sendo estudadas, que está sendo pensada uma série de medidas para melhorar o acolhimento da população no Parque. Encerrada a parte das comunicações, abriu-se o tempo de falas da Tribuna Livre. A **Conselheira Thayná Fernandes** fez uso da palavra questionando as carências de iniciativas da gestão na temática da educação ambiental e uma certa desestruturação deste trabalho, também pela Secretaria de Educação. Disse que esteve na SEMAS para apresentar projetos de educação ambiental que realiza no bairro Lagomar, em uma **escola carente chamada Neusa Maria de Almeida**. Pediu para que o nome da escola fosse guardado pelos ouvintes, confessou ter tido dificuldade de escolher uma escola do bairro para apadrinhar. Ressaltou a importância de se abordar a problemática do lixo, que afeta agudamente aquela localidade, onde se vê lixo espalhado nas portas das escolas, nas portas das igrejas, por toda a parte. Citou também a **frequência dos furtos de equipamentos na referida escola** sendo que, recentemente, foram roubados o botijão de gás e a bomba d'água, equipamento imprescindível para a unidade educacional que ainda depende de caminhão pipa para o seu abastecimento, que às vezes passa quatro dias sem água e não pode liberar os alunos. Continuou o seu relato sobre a precariedade da estrutura da escola dizendo que a mesma recebeu uma leva de ar condicionados novos mas que só pode ligar um por vez porque a rede elétrica não suporta e a escola corre o risco de pegar fogo, que uma sala fica climatizada e as demais ficam insalubres de tanto calor, causando sofrimento a muitos alunos, professores e gestores. Defendeu que haja maior articulação para que os convites para os eventos da SEMAS chegue a este tipo de público que sofre diretamente as consequências da falta de gestão de resíduos, da crise climática e da crise do abastecimento de água; que a divulgação dos eventos seja feita com maior antecedência para o Conselho. Defendeu ainda que estas escolas em situação de precariedade acessem os agendamentos de visita às unidades de conservação, porque não costumam ser agraciadas com este tipo de oportunidade, justamente por conta de suas dificuldades como, por exemplo, falta de acesso à transporte. Explicitou que **não acredita na suficiência das práticas de educação ambiental derivadas das condicionantes do licenciamento que cobram o mínimo, que constitui uma educação ambiental rasa, pontual, fragmentada**. Fez a defesa de uma educação ambiental continuada e melhor estruturada, que não chegue com uma concepção pré-montada que não dialogue com a realidade das pessoas. Citou as regulamentações da educação ambiental, em especial a Portaria SEMASPA 03/2022 que constitui um banco de projetos de educação ambiental e a Portaria SEMASPA 04/2022 que forma uma comissão avaliadora destes projetos. **Cobrou que se dê sequência a este trabalho fazendo a publicação de edital fazendo o chamamento para a apresentação de projetos**. Discorreu sobre como essa iniciativa é importante para envolver mais a

sociedade neste tipo de trabalho e para diversificar os públicos-alvo da educação ambiental, aumentando as chances, por exemplo, de uma escola precarizada como a Neusa Maria de Almeida ser contemplada e poder trabalhar a consciência ambiental dos seus alunos. Disse que esteve, no dia 27 de maio, na Câmara dos Vereadores, protocolando um requerimento ao presidente da Câmara e apresentando, também, o documento nos gabinetes, tendo como teor a cobrança da revitalização do Canal Macaé-Campos pelo fortalecimento da gestão sustentável dos demais canais do país. **Cobrou também a instituição do dia do Rio Macaé no calendário oficial de eventos da SEMAS, para dar mais visibilidade ao tema, dentro do trabalho de educação ambiental. Questionou ainda a falta da Câmara Técnica de Educação Ambiental do COMMADS.** Disse sentir falta de um espaço onde as demandas que traz, sobre o cuidado e o uso das áreas verdes da cidade, possam ser apreciadas. O **Secretário Executivo** declarou o encerramento do Pequeno Expediente e início do Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE: Foi solicitado o início da apresentação do grupo técnico da SEMAS, sobre o **processo de licitação dos novos planos de manejo que abarcarão a APA do Sana, Parque Atalaia, APA do Rio Novo e MONA do Pico do Frade.** Disse que o objetivo de se trazer tal processo licitatório para conhecimento do colegiado visa garantir o máximo de transparência ao processo. Fez menção à fala da Conselheira Thayná Fernandes, reconhecendo a importância de se fortalecer a educação ambiental, fazendo a ressalva de que a gestão tem a proposta de institucionalizar uma escola de educação ambiental dentro da SEMAS, mas que, a mesma não consegue tocar todas as frentes de trabalho simultaneamente. Explicou que a SEMAS tem capacidade técnica para elaborar tais projetos e planos de manejo, mas que não tem força de trabalho disponível o suficiente. Compartilhou que estão refletindo sobre **alguma forma de incluir na reforma do Código Ambiental mecanismos que permitam alguma forma de remuneração extra para estes trabalhos extras e especiais, permitindo um melhor aproveitamento do expertise técnico da própria secretaria e até de membros do Conselho.** Ponderou que todo o aspecto legal disso ainda precisa ser estudado e solicitou contribuições dos conselheiros. A **servidora Elisângela Sossai**, representando o grupo técnico da secretaria, cumprimentou o Conselho, disse que abriram um processo para a contratação da revisão do Plano de Manejo da Apa do Sana e do Parque Atalaia, além da elaboração dos planos de manejo do Monumento Natural do Pico do Frade e da Área de Proteção Ambiental do Rio Novo. Explicou que o processo foi aberto em 2022, que a equipe da secretaria elaborou o termo de referência, que o edital está publicado no endereço eletrônico mostrado na projeção, que a modalidade de contratação é a de técnica e preço, com peso de 70% para técnica e de 30% para preço. Expôs que o valor estimado foi de 1,45 milhões de reais. Ressaltou a importância de uma ampla divulgação para garantir uma boa concorrência e a prestação de um serviço de qualidade. Externou que houve questionamentos, em forma de impugnação, e que os pontos questionados foram sobre exigências específicas relativas à elaboração de um plano de manejo em um bioma de Mata Atlântica em um município costeiro, sobre uma equipe mínima pré-existente, a modalidade preço e técnica e a pontuação de julgamento. A resposta dada aos questionamentos apresentados, que o Secretário Executivo disse ter sido disponibilizada aos conselheiros via e-mail, segundo a servidora, passa pelo argumento de a Mata Atlântica ser um *hotspot* de biodiversidade com legislação específica

própria sobre sua situação. Disse que passa, também, pela importância da experiência pretérita das empresas concorrentes neste tipo de trabalho que pressupõe *expertise* sobre essa determinada complexidade ecológica e jurídica. Anunciou que foi mantida a decisão sobre a exigência de experiência com o bioma Mata Atlântica mas que foi suprimida a exigência de experiência com município costeiro, visando não criar limitação desnecessária à concorrência. Explicou que, sobre a exigência de uma equipe técnica mínima de profissionais com experiência comprovada, se basearam em outros termos de referência parecidos, circunspectos ao mesmo tipo de bioma, de municípios com características próximas às do município de Macaé. Relatou que, em suas pesquisas, ficou evidente a frequência desta exigência de equipe técnica mínima. Sobre a crítica baseada na exigência de obrigatoriedade de um vínculo empregatício prévio da equipe mínima com a empresa, citou que foi analisada uma súmula do Tribunal de Contas e os termos da nova lei de licitações e que resolveu-se substituir essa exigência pela exigência de declaração de compromisso e entrevistas técnicas. Sobre o questionamento da modalidade técnica e preço, explicou que a exigência foi estabelecida em função da complexidade do trabalho e da necessidade de este compreender características de multidisciplinaridade, tudo de acordo com as previsões legais. Disse não terem sido feitas alterações nos critérios de pontuação. Acrescentou que foram feitos os encaminhamentos para a publicação do edital retificado e para a continuidade do processo de licitação. O **Presidente Phelipe Smith** frisou que o processo ainda estava aberto e que poderiam haver novas impugnações. Declarou que qualquer novidade referente ao processo seria informada ao Conselho. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** informou que já haviam chegado duas novas impugnações. Observou que é importante compreender que, apesar do edital ser de 2024, este tipo de intercorrências causa demora para o desfecho do trabalho. Disse que isso constitui mais um **ponto motivador para a busca de instrumentos de remuneração por projetos, de realização de convênios com instituições ou ONGs como forma de garantir mais celeridade, mais qualidade e, até mesmo, maior economia na realização do trabalho.** Disse já ter realizado conversas com universidades e que obteve informações de que seria plenamente possível a realização de um bom trabalho desta natureza por uma estrutura de projeto, utilizando alunos de mestrado e doutorado, com preço total em torno de 200 ou 300 mil reais. Frisou que, além da qualidade técnica, a possibilidade representaria uma economia muito grande e, talvez se pudesse, inclusive, remunerar por bolsa os próprios servidores para fazer serviço extra, dando-se valor à mão de obra local. Explicou que se está adotando todo o cuidado para que não se repita a experiência das elaborações dos planos de manejo do Arquipélago de Santana e do Parque do Barreto. Citou a observação do professor e Conselheiro Rodrigo Lemes de que o trabalho realizado sequer considerou a presença de um lençol freático na área da Restinga do Barreto, que interconecta uma grande área, podendo ser um vetor de contaminação por falta de controle de descarte de contaminantes nas adjacências. Defendeu o critério de experiência no bioma específico. Abriu para perguntas. A **Conselheira Thayná Fernandes** fez novas ponderações sobre a necessidade de mais trabalhos de educação ambiental da cidade, elogiou a proposta de uma Escola de Educação Ambiental, mas ponderando que há outras formas mais simples de fomentar a atividade e citou, novamente, a necessidade de se realizar o chamamento de projetos para o banco de projetos da SEMAS e as execuções destes projetos com recursos das renovações de licenças. O **Conselheiro**

Rodrigo Lemes externou a sua curiosidade sobre a origem das impugnações. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** esclareceu que eram empresas que queriam participar, que não teve condições de se aprofundar em maiores detalhes, que a SEMAS era muito dinâmica em suas demandas e que o setor jurídico havia passado por uma diminuição de seus integrantes. Disse ser praxe de empresas que não atendem aos requisitos procederem impugnações. Disse que a principal pressão é pela eliminação da exigência técnica e preço, o que permitiria empresas ganharem por menor preço e não entregarem um produto adequado, conforme a experiência já vivida com os planos de manejo do Arquipélago de Santana e Parque do Barreto. O **Conselheiro Rodrigo Lemes**, fazendo referência a determinados trechos da fala do Secretário Executivo, disse que já haviam sido travados diálogos no sentido de se contratar a universidade para a realização de determinados trabalhos com padrões técnicos específicos, a exemplo do necessário trabalho de zoneamento costeiro. Explicou que a universidade pode ser contratada por dispensa de licitação, pelo critério de Notório Saber, com valores mais baixos que o praticado. Disse que este tipo de serviço, facilmente poderia contar com pós-docs e mestres. O **Secretário Executivo** questionou se a universidade não teria condições de participar da licitação em curso. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** explicou que, não sendo pelo critério de Notório Saber e, sim, por Ampla Concorrência, a universidade teria que participar através de sua Fundação. Disse que iria procurar a Fundação para conversar a respeito. O **Secretário Executivo** pediu que a universidade apresentasse uma proposta para a SEMAS analisar e avaliar a melhor forma de contratar o serviço adequado de elaboração dos Planos de Manejo. Passando à pauta seguinte: **Plano Anual de Contratação 2024/25 e informação sobre a minuta do Plano 2025/26 e Orçamento**; o **Secretário Executivo** explicou que o Conselheiro Leonardo Machado levantou questionamentos sobre a gestão não cumprir uma determinação do conselho, ao que respondeu que tal determinação, da forma como foi concebida, esbarrava em limitações colocadas por outras leis. Disse que a *controller* da Secretaria e Conselheira Júlia Holst, faria a explicação sobre como proceder para que propostas desta natureza possam prosperar. A **Conselheira Júlia Holst** iniciou a sua explanação cumprimentando aos presentes, se apresentando como Coordenadora de Controle Interno da Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima e relatando que passou a ser uma pessoa conhecida pelas sucessivas emissões de negativas, por conta da nova lei de licitações, a Lei 14.133 de 2021, que estabelece que **nenhum ente público pode fazer qualquer contratação que não seja discriminada no seu Plano de Contratação Anual, também chamado de PCA**. Explicou que a criação do PCA na nova lei de contratação visou reunir todas as contratações, serviços e obras previstas no município, num único documento, o que significa que tudo aquilo que o município planeja comprar, executar e contratar tem que estar nesse plano. Disse que outro quesito importante a se atender é a questão de trazer a divulgação disso para a sociedade, o que pressupõe uma elaboração antecipada deste plano e a devida apresentação deste plano para a sociedade, visando garantir transparência sobre as ações da Prefeitura, do Estado e da União. Ponderou que cada item do plano precisa ter valores estimados, que isso leva tempo e que o **PCA precisa estar integrado à Lei Orçamentária Anual – LOA e ao Plano Plurianual – PPA, para que haja compatibilidade entre as ações previstas, os preços estabelecidos, o planejamento elaborado e os recursos disponíveis**. Ponderou que tudo isso se aplica à Secretaria de Meio Ambiente que tem um recurso, um orçamento

estipulado para dar conta das necessidades e do funcionamento da secretaria, do papel higiênico até a caneta, da reforma do Parque Atalaia, até o aluguel da sede da secretaria. Explicou ainda que certos itens de necessidade comum a todas as secretarias passam por uma licitação centralizada, visando otimizar custos e que, ainda assim, cada secretaria precisa mensurar e informar a sua necessidade, com antecedência, através de seu próprio PCA, visando a qualidade dos gastos, gestão eficiente do dinheiro público, transparência, ampla concorrência, melhor preço e combate à fraude. Discorreu sobre a nova Lei de Licitações ser um aprimoramento neste sentido. Compartilhou que o processo de concorrência para a elaboração dos planos de manejo está no portal nacional de contratação que é um portal nacional aberto de todas as licitações. Frisou que todas as licitações, do município pequeno até o governo federal são feitas neste site, são disponibilizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Explicou sobre o processo, já quase finalizado, de elaboração de PCA da Secretaria de Ambiente para 2026, atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria de Administração do município para que haja tempo hábil para todo o processo de publicação, de transparência, de elaboração da LOA do ano seguinte. Arguiu também que, neste ano de 2025, está-se trabalhando com o PCA do ano passado, elaborado pela gestão anterior, que estão presos à execução do que já foi planejado antes. Disse que o processo de elaboração do PCA começa com a consulta interna aos setores, pedindo que informem as suas necessidades básicas para funcionarem no ano seguinte, além dos projetos viáveis que pretendem executar. Prosseguiu pontuando que, após essa etapa de coleta das informações, se consolida estas informações no sistema da Prefeitura com suas respectivas estimativas de valor e de quantidade. Exemplificou que, para a cotação do serviço de limpeza, precisa-se fornecer a metragem quadrada das áreas a serem limpas, a quantidade de vidraças, especificações do tipo de piso, se é de madeira ou se é de outro material. Reforçou que tudo isso precisa ser estipulado para viabilizar o trabalho do ano seguinte, inclusive incluindo as novas áreas que serão construídas ou reformadas, como é o caso da base do Sana e do Parque Atalaia, e tudo obedecendo a prazos muito rigorosos. Falou ainda das devolutivas que a Secretaria de Administração faz, solicitando ajustes nas peças de planejamento, com prazos apertados de 2 dias e meio a 3 dias, para responder a todos os questionamentos. Incluiu que, após esse processo, o PCA é publicado no Portal da Transparência da Prefeitura. Arguiu que o não cumprimento de todas estas exigências e etapas incorre em descumprimento legal, em violação da Lei 14.133, em desorganização do orçamento, em gastos acima dos limites, em retirada de recursos de outros setores importantes como saúde e educação, impactando a população negativamente. Sobre o Plano de Contratação Anual vigente na secretaria, mostrou o endereço eletrônico onde ele se encontra disponível. Mostrou os 5 anexos e suas particularidades, sendo o primeiro deles destinado aos materiais de consumo, que norteará a Secretaria de Administração para que licite para todas as secretarias do município. Destacou, entretanto, que, embora a SEMAD licite o material de consumo para todas as secretarias, o custo das compras é rateado para todos os órgãos, conforme a demanda de cada um, prevista no respectivo PCA, sendo descontado do orçamento estipulado de cada secretaria. Sobre o segundo anexo, disse se referir a serviços comuns como serviço de limpeza, contrato de locação de impressoras, aluguel frota de veículos, entre outros. O terceiro anexo, segundo a interlocutora, é referente a demandas específicas de cada secretaria como os EPIs e os GPSs que os fiscais e analistas da SEMAS usam.



Demonstrou que o PCA em vigor se encontra muito restrito, chegando ao cúmulo de prever a necessidade de apenas uma unidade de cada um destes itens, dentre outros, o que claramente não dá conta de atender às necessidades da Secretaria. Com isso, demonstrou que há limitações concretas sobre a vontade de realizar da gestão, no atual momento. Acrescentou ainda que o PCA em vigor prevê uma quantia mínima a ser pago para que os servidores trabalhem diariamente, prevê um valor mínimo para contratação de serviços, prevê o aluguel da sede, prevê alguns recursos para algumas reformas do Parque, que haviam sido sinalizadas como necessárias, prevê verbas para a elaboração dos planos de manejo, dentre outros. Avaliou que, de uma forma geral, o **orçamento da Secretaria encontra-se muito limitado**. Abordando a questão da decisão do Conselho sobre a Secretaria comprar equipamentos para a proteção ambiental, inferiu que esta compra **não estava presente no PCA em vigor, que não se sabe ao certo se o PCA foi elaborado antes ou depois da decisão do Conselho**. Alertou para o fato de já se estar no meio do ano, de o novo PCA já estar sendo finalizado e que, se as demandas do Conselho não fossem inseridas no PCA, ficaria impraticável a resolução destas demandas para o ano que vem. Citou que o orçamento previsto para a SEMAS está em 11 milhões, que 1,45 milhão de reais já estão reservados para a elaboração dos planos de manejo, que, em seguida vem os contratos contínuos como o aluguel de impressoras, de carros e de imóvel. Disse que está para acabar o contrato da reforma da sede do Sana. Apontou que todos estes gastos assumidos comprometem recursos e retiram capacidade de investimento em novos projetos. Ainda assim, afirmou que diversas propostas de trabalho estão sendo inclusas no PCA para o ano que vem. Mas apontou que se precisa respeitar o limite orçamentário, que quando se extrapola, a própria Secretaria de Administração, junto com a de Planejamento, fazem o corte sem, sem consulta às prioridades estabelecidas pela SEMAS. Mostrou o endereço eletrônico onde se pode acessar o Plano. Pontuou que se chegou à metade do ano e que a atual gestão já executou 70% do PCA em vigência, que já foram adquiridos equipamentos como drones e GPSs, por exemplo, dentre outros. Disse ter ciência de que há muita coisa necessária a ser feita ainda, que é necessário mais investimento em educação ambiental, por exemplo, mas que está-se fazendo o possível dentro dos limites legais. Encerrou e abriu para questionamentos. O **Conselheiro Leonardo Machado** cumprimentou a todos, se apresentou para quem ainda não o conhecia, como presidente do Movimento SOS Praia do Pecado. Fez referência à importância da presença do vereador Ricardo Salgado, como presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, para acompanhar o debate sobre a falta de recursos para a proteção ambiental na cidade, já que **apenas 0,48% do orçamento de 7 bilhões de reais anuais estão destinados à este setor, o que classificou como inaceitável e um completo absurdo**, ainda mais diante dos efeitos das mudanças climáticas, dos eventos extremos, das chuvas muito fortes, do veranico, das queimadas. Lembrou que, no ano passado, houve um quadro muito crítico em relação às queimadas no município e no Brasil, que foram perdidos milhares de hectares de florestas para o fogo, que em Macaé não foi diferente e que, ele próprio esteve, junto com outros voluntários, combatendo diversos focos de incêndio junto à guarda ambiental e aos bombeiros civis. Disse que foram feitas inúmeras intervenções alertando para o problema e que, por conta disso, como membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, baseado no regimento interno, fez a proposta de priorização de parte dos recursos do Fundo Ambiental para o enfrentamento

deste problema. Procedeu a leitura de trechos do regimento interno que embasaram a sua atuação, que discriminam como podem ser usadas as proposições de resoluções do Conselho e, dentre as possibilidades prescritas, a competência para fixar por resolução “as diretrizes prioritárias anuais para o uso dos recursos do Fundo Ambiental”. Disse que, à época foi feita uma prestação de contas do Fundo que possuía cerca de 8 milhões de reais guardados. Descreveu que foi diante deste cenário catastrófico das queimadas, diante do volume de recursos disponíveis no FUNDAM, diante das responsabilidades e prerrogativas de um conselheiro ambiental, inclusa a proposição de resoluções desta natureza, que a medida foi tomada e aprovada no colegiado. Frisou que foi neste contexto que o Movimento SOS Praia do Pecado propôs, em outubro do ano passado, que fosse destinado 200 mil reais para a compra de materiais de combate a incêndio, como bombas costais, abafadores, ferramentas adequadas, EPIs, entre outros, visando diminuir a carência de condições das forças municipais de combate ao fogo, que atuam sob penúria de recursos, visando dar condições dignas de trabalho à Guarda Ambiental e à Defesa Civil, na defesa do patrimônio natural da cidade. Explicou que a proposição aprovada pelo COMMADS gerou um processo na SEMAS, sob o número 71.655/2024 para encaminhar essa demanda. Dito isso, questionou onde estaria, em meio a todo este processo, qualquer ato de infração à mecanismos de transparência, à legislação, ao PCA ou ao PPA. Reforçou que o recurso está disponível no Fundo, para gastos desta finalidade, que o COMMADS usou de suas prerrogativas, que foi gerado um processo e que, após isso, não teve mais retorno sobre como essa questão foi tratada. Disse enxergar uma grave prevaricação, porque considerava ter havido tempo hábil para que tudo fosse encaminhado para preparar o devido processo de compra destes equipamentos. Apresentou entendimento de que os recursos do Fundo não estariam amarrados ao PCA e ao PPA, da mesma forma que os demais recursos, e que o COMMADS tem a prerrogativa de aprovar direcionamentos ao uso destes recursos e que tais direcionamentos precisam ser incorporados ao planejamento. Lamentou que, diante de tal morosidade, as graves ameaças continuem, que os desastres naturais se agravem e que os agentes que atuam na mitigação destas consequências continuem em situação de penúria. Apontou descaso da gestão diante da demanda apresentada, que é de grande relevância para a cidade. Verbalizou contestação veemente à postergação e à não execução dos 200 mil reais para fortalecer um trabalho preventivo à destruição dos incêndios. Reiterou a necessidade de a Guarda Ambiental e a Defesa Civil serem adequadamente equipadas e de se superar a marca ridícula de apenas 0,48% do orçamento a ser destinado ao setor ambiental. Disse esperar uma solução, por qualquer via que fosse e pediu uma resposta da gestão no sentido de se apontar o que será feito de agora em diante a respeito deste assunto. A **Conselheira Júlia Holst** respondeu que não se trata de o encaminhamento do Conselho se constituir como alguma infração ou não ter transparência, que a gestão não pensava isso. Disse que a questão era que a legislação mudou e estabeleceu novas diretrizes que precisam ser seguidas. Fez referência à parte da fala do Conselheiro Leonardo Machado onde disse que a aprovação da Resolução do Conselho foi aprovada em outubro de 2024. Lembrou que a atual gestão está finalizando o Plano de Contratação Anual – PCA, do ano que vem, e que o PCA em vigência provavelmente teve a sua finalização em meados do ano de 2024 e que, possivelmente devido a isso, a diretriz aprovada pelo Conselho não tenha sido incorporada ao planejamento. Explicou que não estava negando a inclusão da proposta no

PCA atual, mas explicando a inviabilidade legal de se dar andamento ao processo aberto, visando comprar os equipamentos para 2025. Até porque temos que explicar muito bem uma aquisição de bens para outra secretaria. Porque esses bens, o dinheiro do fundo, o dinheiro da secretaria, destinados a uma secretária. Precisamos fundamentar, inclusive, por isso a aprovação em plenário pelo Comades, que justifica que vocês autorizem as pessoas a comprar algo. Explicou também que o processo de compra visando destinar equipamentos para outra secretaria precisa ser muito bem fundamentado e justificado, porque a despesa incide sobre o financeiro da SEMAS e o material fica inventariado como pertencente ao patrimônio da SEMAS, que não é simples fazer isso. Houve debate sobre o uso dos recursos do Fundo Ambiental precisar seguir os mesmos preceitos legais dos recursos do orçamento, ao que o jurídico da SEMAS respondeu que, por ser um recurso público, é submetido ao mesmo regramento. O **Presidente Phelipe Smith** acrescentou que há outros tipos de limitações ao uso dos recursos do Fundo como, por exemplo, vinculações a rubricas diferentes e o fato de não se poder usar todo o recurso no mesmo ano, havendo um limite de uso de apenas 1,5 milhões de reais, dos 8 milhões, para 2025. Deu também um exemplo de possibilidade, sobre a qual havia refletido, em que a secretaria poderia adquirir equipamentos através de compensação ambiental e emprestar os mesmos para a utilização da Guarda mediante assinatura de termos de responsabilidade, **mas que não se poderia destinar estes equipamentos para a Guarda, pelo fato de a Guarda não compor o corpo técnico da Secretaria de Ambiente.** Disse que está buscando possibilidades de resolução desta demanda de maneira mais célere, mas que, não se encontrando essa possibilidade, essa demanda estará garantida no PCA que está sendo preparado agora e que contempla os gastos previstos para 2026. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** exemplificou casos em que, mesmo havendo disponibilidade de recursos no orçamento, não pôde usar estes recursos, pelo fato do tipo de uso não ter sido discriminado no PCA. Explicou também que, ao se aprovar a resolução de destinação de recursos do Fundo, precisar-se-ia enviar ofício ao Gabinete do Prefeito solicitando a publicação de Decreto de redimensionamento e inclusão desta despesa no orçamento, até a data limite de 31 de dezembro de 2024. O **Conselheiro Leonardo Machado**, considerando as informações transmitidas sobre a possibilidade de se ter garantido a compra dos equipamentos, caso se tivesse solicitado ao Prefeito a elaboração de um Decreto para esta finalidade, questionou se não teria havido prevaricação, descaso ou má vontade da presidência do Conselho na gestão anterior. Reiterou que considerava se tratar de um erro grave. Disse que vê com bons olhos a disposição apresentada pelo atual Presidente do Conselho de dar um tratamento melhor aos debates e propostas do Conselho, porque havia um acúmulo de angústia no colegiado devido ao fato de que, ao longo do tempo, os debates e decisões do Conselho eram menosprezados e impedidos de se tornarem efetivos, de gerarem efeitos práticos. Mas reiterou haver um histórico de prevaricação e má vontade para com as deliberações do Conselho e disse torcer para que, esse ano, não se viva uma situação tão traumática como a que se viveu com incêndios durante o ano de 2024, e que se consiga ganhar esse tempo necessário para equipar a Guarda e a Defesa Civil para exercerem o seu ofício com dignidade e segurança. A **Conselheira Thayná Fernandes** fez novas ponderações sobre a falta de espaços de fortalecimento da Educação Ambiental e sobre a sua expectativa de o COMMADS se tornar este espaço. Citou o trabalho da Associação Raízes que tem realizado estudos sobre as leis

orçamentárias e formação de lideranças comunitárias. Compartilhou o seu entendimento de que haveria uma relação sinérgica entre PCA, LOA e o PPA e que era importante buscar e estudar estes instrumentos. Disse que salta aos olhos, por exemplo, o valor de mais de **200 milhões de reais destinados à Secretaria de Obras para restauração florestal e que percebe a dificuldade em se acessar estes recursos**. Apontou também que na LOA há disponibilidade de recursos para promover a coleta seletiva nas escolas. Disse ser importante o debate e a presença do vereador para auxiliar na superação dos gargalos e que esperava que a questão da disponibilidade dos equipamentos pudesse ser resolvida. A **Conselheira Júlia Holst** complementou o raciocínio da conselheira explicando que o PCA é construído em afinidade com o Plano Plurianual – PPA e levanta as necessidades de gastos que subsidiarão a Lei Orçamentária Anual – LOA. O **Conselheiro Ricardo Salgado** ressaltou que o colegiado pode contar com um vereador empenhado na temática ambiental, que compõe a Frente Parlamentar de Meio Ambiente, que muitas pessoas confundem com Comissão de Meio Ambiente. Disse que a frente conta com técnicos que podem contribuir com os assuntos levantados e convidou os conselheiros a visitá-los. Explicou que o orçamento é planejado, mas que, também, é movimentado constantemente. Apresentou concordância com a fala do Conselheiro Leonardo Machado sobre o percentual orçamentário para o Meio Ambiente ser muito pequeno. Se prontificou a construir, juntamente com os conselheiros, uma proposta para o próximo orçamento. Também explicou que a previsão de compra de apenas 1 unidade de determinado item, muitas vezes é só uma formalidade, e que podem ser feitos ajustes, mas que é essencial haver previsão orçamentária para os processos andarem. Disse sentir um certo incômodo em ouvir críticas à gestão anterior sem que o gestor anterior esteja presente para se defender. Disse que participa do COMMADS para ouvir as demandas dos conselheiros, para cobrar e/ou elogiar a Secretaria no que for necessário e justo. Disse que o seu mandato pode ajudar na busca de informações através da apresentação de requerimentos, que o gabinete está à disposição de todos. Avaliou que o assunto parecia não ter sido esgotado, que talvez ainda precisasse de novos esclarecimentos e sugeriu que fosse colocado novamente em pauta para a próxima reunião. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** reconheceu avanços no COMMADS, disse que atua no Conselho desde 2009 e que nunca havia presenciado o colegiado decidir alguma coisa sobre o orçamento. Reconheceu que, apesar das negativas da Coordenadora de Controle Interno, tanto a fala dela quanto a do Secretário Executivo deram “o caminho das pedras” para que o COMMADS tenha pleno uso de suas prerrogativas de opinar e interferir sobre os gastos públicos na área ambiental. Disse esperar que esta seja uma porta aberta que não se feche mais. Disse que dentre as pautas prioritárias e de interesse do Conselho, em função das quais deve-se movimentar parte do orçamento, a questão da prevenção e combate ao fogo é fundamental. Parabenizou o trabalho do Conselho, disse perceber um sinal de maturidade e defendeu que não se permita que haja retrocesso. **Pediu ao Presidente que inclua no plano para 2026, a previsão de recursos para combate a incêndios, solicitada pelo colegiado**. Demonstrou compreensão em relação à indignação do Conselheiro Leonardo Machado e criticou a dinâmica de certa ingerência da Prefeitura sobre os recursos do FUNDAM. O **Secretário Executivo** declarou encerrado o Grande Expediente e deu início à **Ordem do Dia**.

ORDEM DO DIA: O **Secretário Executivo Hélio Márcio** chamou a Coordenadora da Comissão de

Julgamento de Processos e disse que, com estes novos julgamentos, o número de processos a serem julgados foram reduzidos para cerca de trezentos. A **Conselheira e Coordenadora da Comissão de Julgamento de Processos Milena Rocha** cumprimentou a todos e disse ser um trabalho desafiador o de realizar os julgamentos de **tantos processos, com uma capacidade julgadora limitada, mas que os trabalhos têm tido continuidade**. Relatou sobre o processo envolvendo a Unimed/Macaé que recebeu um auto de infração por instalar atividades em desacordo com as condicionantes e restrições estabelecidas na Licença Municipal de Instalação. Disse que foi removida uma árvore sem a devida autorização e que foi mantido o auto de infração. Passou para o processo seguinte onde o recorrente é o Sr. Domingos Costa Peixoto e onde o auto de infração também foi mantido em decorrência de corte de vegetação e movimentação de terra sem autorização, no Bairro da Glória. Na sequência, apresentou o processo onde o recorrente é a Soares Pedras Decorativas de Macaé Ltda-ME e onde a autuação foi mantida e se deu por exercício de atividade potencialmente poluidora sem autorização dos órgãos ambientais competentes e sem licença ambiental. Finalizando, relatou sobre o processo onde a recorrente é a Sr.^a Elizabeth Maria Carneiro da Silva e o auto de infração foi mantido em função da realização de cortes de árvores, impedindo a revegetação natural de floresta. Um participante do colegiado que não se identificou perguntou qual seria o procedimento a partir de agora. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** explicou que após esta apreciação de última instância, acabam as fases de apresentação de recursos, o processo é remetido para o Fundo Ambiental que emite uma guia para pagamento e uma notificação. Continuou elucidando que cumprida a quitação da multa, o processo é remetido para os setores de licenciamento e arborização para averiguar o processo de reparação da degradação causada. Salientou que a **infração gera duas naturezas diferentes de obrigações, uma pecuniária e outra de reparação ambiental**. Arguiu se havia mais questionamentos por parte dos conselheiros. **Não havendo questionamentos, conduziu o rito de aprovação das decisões da Câmara Técnica de Julgamento, sendo todas elas aprovadas**. O **Secretário Executivo** deu seguimento à Ordem do Dia, informando que vários municípios vão passar por uma avaliação (auditoria) e que uma das questões que necessita de adequação no município é a questão da criação das CÂMARAS TÉCNICAS DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E DE LEGISLAÇÃO. Disse que um comunicado oficial sobre este tema seria enviado por e-mail, para os conselheiros, durante a semana, e que pretendia-se incluir o assunto na pauta da próxima reunião. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** apresentou uma consideração sobre haver sobreposições funcionais de uma pretendida Câmara Técnica de Resiliência Climática e a já existente Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Disse haver uma visão dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos como diretamente correlacionados com os serviços ambientais e que os serviços ambientais são intrínsecos à resiliência climática. O **Secretário Executivo** ponderou que, sendo assim, seria necessário realizar ajuste no nome e nas competências da Câmara Técnica – CT, para que ficasse clara a atuação da mesma sobre o tema. Sugeriu esse debate para a próxima reunião. Explicou que a temática da resiliência climática supera a dos espaços protegidos, abrangendo também a intervenção ambiental. Relatou que desceu pela Avenida Rui Barbosa e ficou perplexo com a ausência de árvores, que **a chuva recente de 111 milímetros e seu impacto na cidade precisa ser analisada na perspectiva da carência de cobertura vegetal no território macaense, o que**

demanda mudança no modelo urbanístico, investir em recuperação de áreas degradadas, em preservação, em micro florestas, disse que este tipo de problema, que demanda intervenções, deve integrar o escopo de atuação da CT. Ainda como informe, expôs sobre envio de e-mail aos conselheiros solicitando a emissão de propostas, em Word, sobre o texto do Manual de Arborização, até o próximo dia 16. Após breve debate entre o Secretário Executivo, o Conselheiro Rodrigo Lemes e a Conselheira Thayná Fernandes, ficou acordado, sem oposição dos demais, que, seria analisado a alteração no nome e nas atribuições da CT de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, incluindo-se a questão da resiliência climática e a criação da CTs, e que estas questões integrariam a pauta da próxima reunião. O Conselheiro Rodrigo Lemes acrescentou à discussão que, a Câmara Técnica – CT, de Educação Ambiental, quando funcionava, chegou a ser utilizada para análise e validação de projetos de educação ambiental que fossem elaborados, em atendimento a edital publicado, para integrar o banco de projetos da SEMAS. O **Secretário Executivo** abriu a palavra aos conselheiros. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** passou a dar informes sobre decisões tomadas na CT de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, que foi encaminhada para a Secretaria, para encaminhamento para os conselheiros, mas que não havia dado tempo para o envio. Informou que houve avanços nas discussões sobre o Manual de Arborização, que o setor de arborização da SEMAS havia participado da última reunião da CT. Explicou que o texto estava composto por uma parte referente à resolução e outra ao texto do manual propriamente dito. Compartilhou o entendimento consensualizado da CT de que alguns trechos do texto do manual poderiam compor os “considerandos” e o próprio texto da resolução, visando aumentar a força de decisão colegiada do documento. Explicou que não seria possível concluir a análise para o dia 16, que haviam agendado uma reunião presencial para o dia 25, previsto para o turno da manhã, com possibilidade de se estender pelo turno da tarde, no NUPEM, com a participação do Setor de Arborização, que o Secretário Executivo estava convidado a participar, e que, após esse processo seria apresentado ao COMMADS um texto produzido por consenso, para a resolução e para o manual. Explicou que foram acrescentados “considerandos” de maior peso e excluídos outros considerados desnecessários. O **Conselheiro Ricardo Salgado** trouxe respostas a questionamentos trazidos pela Conselheira Thayná, ao seu gabinete de vereador, sobre um loteamento da Vila Badejo onde estava havendo supressão de vegetação nativa, apontando que se tratava de um loteamento aprovado pela Prefeitura, que havia uma área grande ainda preservada, que os herdeiros estavam desistindo do empreendimento e chegando a um entendimento sobre procurar o poder público, visando uma desapropriação do imóvel, porque a dívida de IPTU já estava quase equiparado ao valor de mercado do imóvel. Deu, também, respostas sobre questionamentos referentes à despoluição do Canal Campos Macaé, informando que procuraram a Agencia Reguladora de Saneamento Básico do Município de Macaé – Agersan, e que o gestor Marcos Túlio deu os devidos esclarecimentos que foram conteúdo de pronunciamento do vereador na Câmara. Explicou que a Prefeitura está fazendo o levantamento de uma área de mais de 200 m², nas adjacências do canal, para a BRK instalar uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Explicou que a partir da obtenção da Licença de Instalação a empresa terá o prazo de 2 anos para operacionalizar e fazer as ligações de captação de esgoto de toda a região, abrangendo Aeroporto, Ajuda, Badejo, entre outros. Explicou que a população da região

não paga esgoto e que uma campanha de preparação da população para começar a pagar essa taxa, conjuntamente com a água, precisa ser feita. Atentou que esse debate abre a possibilidade de se discutir a criação de algum benefício social para uma parcela dessa população. Deu informes de que a posição do governo em relação à restinga da Praia do Pecado continua a mesma e que o prefeito quer conversar diretamente com a sociedade civil interessada para discutir algumas possibilidades. Comentou que essa discussão será trazida para o COMMADS. Informou que o projeto de despoluição da Lagoa de Imboassica está avançando, em parceria com a UFRJ. Disse que adotará o costume de usar parte do tempo de fala aos finais das reuniões do Conselho para prestar contas da atuação do seu mandato e da Comissão Parlamentar e reforçou que o mandato continua a disposição de todos. O Secretário Executivo Hélio Márcio aproveitou o gancho do assunto da restinga da Praia do Pecado para informar que havia despachado, recentemente, sobre um ofício antigo encaminhado pelo SOS Praia do Pecado. Disse que o Plano de Contratação – PCA, em vigor, não previa recursos para a confecção de placas, que isso impedia a gestão de usar dos 8 milhões de reais do orçamento para este fim. A Conselheira Thayná Fernandes agradeceu ao Conselheiro Ricardo Salgado pelos retornos dados, pela visita ao bairro Vila Badejo e pelo diálogo com a Agersan. Fez uma nova solicitação ao Conselheiro mandatário, também, da Câmara de Vereadores, para que este realizasse um monitoramento do cumprimento da Lei que criou o Conselho Municipal de Saneamento Básico, criada dia 22 de março de 2024, em regime de urgência, visando ampliar o acesso aos recursos do ICMS Verde, que, na sua avaliação, não chega de verdade na ponta. Propôs que a gestão municipal realize uma conferência municipal de Saneamento Básico para que se possa ouvir os atores envolvidos no processo. O Conselheiro Leonardo Machado fez menção à fala do Conselheiro Rodrigo Lemes, a quem reconheceu como um grande mestre e ambientalista, sobre a antiguidade da luta do movimento ambiental, sob muita angústia, represamento de recursos, atendimentos negados e omissão. Disse que havia uma grande expectativa na atuação do Vereador Ricardo, como uma voz ativa na Câmara, e na atuação do Secretário Felipe. O participante Gleyson Vítor da PEA Pescarte disse estar representando a Conselheira Valéria Docílio e o Presidente da Colônia de Pescadores. Disse que lhe foi transmitida a necessidade de reforçar a importância da limpeza do Canal Campos Macaé e da retirada do pilar central da Ponte Antiga para a passagem das embarcações de pesca artesanal do município. Disse que Macaé tem uma das maiores comunidades tradicionais de pesca artesanal da região da Bacia de Campos com cerca de duas mil famílias que vivem diretamente da pesca artesanal que reclamam das dificuldades de trafegar pelo rio, principalmente por essa questão do pilar da ponte, mas também pelo assoreamento do Rio Macaé. Reiterou a demanda pela abertura da comporta no canal em frente ao Batalhão da Polícia Militar, em frente à entrada do bairro Nova Holanda, comporta que, segundo o interlocutor, impede a circulação das águas. A Conselheira Jane da Conceição Ribeiro da Costa elogiou a participação da Conselheira Thayná Fernandes e do representante do PEA Pescarte. Fez um relato ao Conselho e ao Secretário sobre uma situação desagradável vivida a pouco, em que, ao sair do Centro de Especialidades Médicas Alba Corral acompanhada por mais duas pessoas, pegou a servidão adjacente, passaram por um portão aberto e chegaram à beira do Rio Macaé, onde encontraram um pequeno píer e diversos barcos atracados. Continuou o relato dizendo que estavam contemplando a paisagem quando foram abordadas e expulsas da localidade por



moradores do que parecia ser um condomínio fechado. Questionou este tipo de apropriação de espaços de beleza cênica e a desvalorização do potencial turístico da cidade, limitando as possibilidades de educação ambiental através da conexão com ambientes naturais e limitando possibilidades econômicas para um período pós petróleo. Esgotado o tempo regimental da reunião, o Secretário Executivo Hélio Márcio deu por encerrada a reunião.

Encaminhamentos:

- 1- Diligenciar aos setores da SEMAS que organizam eventos e atividades de educação ambiental para que busquem atender à demanda trazida ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – COMMADS, para que haja maior articulação para que os convites para estes eventos e atividades cheguem a públicos periféricos, de maior vulnerabilidade social, mais expostos às consequências da falta de gestão de resíduos, da crise climática e da crise do abastecimento de água, e que a divulgação dos eventos e atividades seja feita com maior antecedência para o COMMADS (Solicitação da Conselheira Thayná Fernandes);
- 2- Dar seguimento aos trabalhos baseados nas portarias SEMASPA 03/2022, que constitui um banco de projetos de educação ambiental, e SEMASPA 04/2022, que forma uma comissão avaliadora destes projetos, viabilizando-se a publicação de edital fazendo o chamamento para a apresentação de projetos, visando uma maior quantidade e diversificação de atividades de educação ambiental na cidade (Solicitação da Conselheira Thayná Fernandes);
- 3- Diligenciar aos setores responsáveis pelo calendário anual de eventos da SEMAS, pedindo que avaliem a possibilidade de atender à demanda trazida ao COMMADS que pede a inclusão do “Dia do Rio Macaé” no rol de datas especiais adotadas, para dar mais visibilidade ao tema, dentro do trabalho de educação ambiental (Solicitação da Conselheira Thayná Fernandes);
- 4- Incluir no Plano de Contratação Anual da SEMAS para 2026, a previsão de recursos para combate a incêndios (Solicitação dos Conselheiros Leonardo Machado e Rodrigo Lemes).

Phelipe Smith Salgado
Secretário Municipal de
Meio Ambiente e Sustentabilidade
Matrícula: 408013